

15. Propostas de atribuição de apoios financeiros a freguesias.

Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:

- a) **Junta de Freguesia de Mire de Tibães**, no valor de 24.788,37€, para apoiar a obra “Arranjo do atual Cemitério de Mire de Tibães”;
- b) **Junta de Freguesia de Sobreposta**, no valor de 67.114,68€, para apoiar a obra “Requalificação do Jardim de Infância de Sobreposta”;
- c) **Junta de Freguesia de Palmeira**, no valor de 3.345,60€, para apoiar a obra “Alargamento e Pavimentação da Rua da Igreja, incluindo ligação entre a Rua das Cobrasseiras e a Rua da Igreja – 2ª Fase (Honorários/Projeto)”;
- d) **União de Freguesias de Crespos e Pousada**, no valor de 5.054,50€, para apoiar a obra “Intervenções realizadas no Cemitério de Crespos”;
- e) **Junta de Freguesia de Padim da Graça**, no valor de 10.000,00€, para apoiar a “Aquisição de viatura para apoio social na Freguesia”;
- f) **f) União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e S. Vicente)**, no valor de 99.639,57€, para apoiar a “Ampliação da Capacidade de Sepultamento do Cemitério de Penso S. Vicente”;
- g) **União de Freguesias de Merelim (S. Paio), Panóias e Parada de Tibães**, no valor de 3.100,00€, para apoiar a obra de “Substituição do abrigo de passageiros na Rua da Presa (EN 201) - Merelim (S. Paio)”.
- h) **União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações** no valor de 492,00€, para apoiar a “Requalificação da Rua da Glória - Lamações (Honorários/Fiscalização)”

- i) **União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações**, no valor de 600,00€, para apoiar a “Requalificação da Rua/Travessa João Braga - Nogueira (Honorários/Fiscalização)”

- j) **União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações**, no valor de 861,00€, para apoiar a “Requalificação da Rua da Fonte Seca - Fraião (Honorários/Fiscalização).”

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: Junta de Freguesia de MIRE DE TIBÃES – Atribuição de Subsídio para o «Arranjo do atual Cemitério de Mire de Tibães»

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **MIRE DE TIBÃES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **Arranjo do atual Cemitério de Mire de Tibães** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **24 788,37€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de MIRE DE TIBÃES no valor de 24 788,37€** (vinte e quatro mil e setecentos e oitenta e oito euros e trinta sete cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2024, um valor até 24 788,37€ (vinte e quatro mil e setecentos e oitenta e oito euros e trinta sete cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **MIRE DE TIBÃES**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **MIRE DE TIBÃES**.

Braga, 07 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE SOBREPOSTA

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **SOBREPOSTA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Requalificação de Jardim do Infância de Sobreposta** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **67 114,68€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de SOBREPOSTA no valor de 67 114,68€ (sessenta e sete mil e cento e catorze euros e sessenta oito cêntimos)**, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2023, um valor até 20 000,00€ (vinte mil euros)**
- b) Em 2024, um valor até 47 114,68€ (quarenta e sete mil e cento e catorze euros e sessenta e oito cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **SOBREPOSTA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **SOBREPOSTA**.

Braga, 16 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: Junta de Freguesia de PALMEIRA – Atribuição de Subsídio para o «Alargamento e Pavimentação da Rua da Igreja, incluindo ligação entre a Rua das Cobrasseiras e a Rua da Igreja – 2ª Fase (Honorários/Projeto)»

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a Junta de Freguesia de **PALMEIRA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para o **Alargamento e Pavimentação da Rua da Igreja, incluindo ligação entre a Rua das Cobrasseiras e a Rua da Igreja – 2ª Fase (Honorários/Projeto)»** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 345,60€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Junta de Freguesia de PALMEIRA no valor de 3 345,60€** (três mil trezentos e quarenta e cinco euros e sessenta cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2023, um valor até 3 345,60€ (três mil trezentos e quarenta e cinco euros e sessenta cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **PALMEIRA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **PALMEIRA**.

Braga, 15 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: União de Freguesias de CRESPOS E POUSADA – Atribuição de Subsídio para as “Intervenções realizadas no Cemitério de Crespos”

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **CRESPOS E POUSADA** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para as **Intervenções realizadas no Cemitério de Crespos** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **5 054,50€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de CRESPOS E POUSADA no valor de 5 054,50€** (cinco mil e cinquenta e quatro euros e cinquenta cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) Em 2023, um valor até 5 054,50€ (cinco mil e cinquenta e quatro euros e cinquenta cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União de Freguesias de **CRESPOS E POUSADA**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **CRESPOS E POUSADA**.

Braga, 07 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à Freguesia de **Padim da Graça**, destinado a apoiar a “**Aquisição de viatura para apoio social na Freguesia**” no valor de **10 000,00€** (dez mil euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

- a) **Em 2024, um valor até 10 000,00€ (dez mil euros)**

A ser aprovada esta proposta, após a aquisição da viatura, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através a apresentação da respetiva fatura por parte da Junta de Freguesia de **Padim da Graça**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Junta de Freguesia de **Padim da Graça**.

Braga, 06 de junho de 2023

Presidente da Câmara Municipal de Braga

/ Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio /

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: União de Freguesias de **ESCUDEIROS E PENSO (SANTO ESTEVÃO E S. VICENTE)** -
«Ampliação da Capacidade de Sepultamento do Cemitério de Penso S. Vicente»

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e S. Vicente)** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Ampliação da Capacidade de Sepultamento do Cemitério de Penso S. Vicente** investimento fundamental para salvaguarda dos interesses próprios da população, tendo apresentado o respetivo orçamento;

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de 99 639,57€, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, sendo uma mais valia para a população da Freguesia;

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estevão e S. Vicente) no valor de 99 639,57€ (noventa e nove mil e seiscientos e trinta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2023, um valor até 10 000,00€ (dez mil euros)**
- b) Em 2024, um valor até 89 639,57€ (oitenta e nove mil e seiscientos e trinta e nove euros e cinquenta e sete cêntimos)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União das Freguesias de **Escudeiros e Penso (Santo Estevão e S. Vicente)**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União das Freguesias de **Escudeiros e Penso (Santo Estevão e S. Vicente)**.

Braga, 14 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: União de Freguesias de MERELIM (S. PAIO), PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES – Atribuição de Subsídio para a “Substituição do abrigo de passageiros na Rua da Presa (EN 201) - Merelim (S. Paio)”

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **MERELIM S. PAIO, PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Substituição do abrigo de passageiros na Rua da Presa (EN 201) - Merelim (S. Paio)** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 100,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual., delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de MERELIM S. PAIO, PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES no valor de 3 100,00€** (três mil e cem euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:

a) Em 2023, um valor até 3 100,00€ (três mil e cem euros),

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte União de Freguesias de **MERELIM S. PAIO, PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES.**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **MERELIM S. PAIO, PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES.**

Braga, 07 de junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA GLÓRIA - LAMAÇÃES (HONORÁRIOS/FISCALIZAÇÃO)

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Requalificação da Rua da Glória – Lamações (Honorários/Fiscalização)** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **492,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual., delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES no valor de 492,00€ (quatrocentos e noventa e dois euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2023, um valor até 492,00€ (quatrocentos e noventa e dois euros)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES.**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES.**

Braga, 20 junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DA RUA/TRAVESSA JOÃO BRAGA – NOGUEIRA
(HONORÁRIOS/FISCALIZAÇÃO)

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Requalificação da Rua/Travessa João Braga (Honorários/Fiscalização)** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **600,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual., delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES no valor de 600,00€ (seiscentos euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2023, um valor até 600,00€ (seiscentos euros)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES.**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES.**

Braga, 20 junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO

ASSUNTO: REQUALIFICAÇÃO DA RUA FONTE SECA – FRAIÃO (HONORÁRIOS/FISCALIZAÇÃO)

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Requalificação da Rua da Fonte Seca – Fraião (Honorários/Fiscalização)** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias, procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **861,00€** incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

PROPONHO

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal, **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual., delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União de Freguesias de NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES no valor de 861,00€ (oitocentos e sessenta e um euros), de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:**

- a) Em 2023, um valor até 861,00€ (oitocentos e sessenta e um euros)**

O montante da repartição de encargos, sem mais formalidades, será ajustado à efetiva execução da obra, tendo por limite máximo o valor do apoio financeiro atribuído.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES.**

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União de Freguesias de **NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES.**

Braga, 20 junho de 2023

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)